

# Mobilização do trabalho e o estudo da região

*Carlos de Almeida Toledo*

✉ [catoledo@ige.unicamp.br](mailto:catoledo@ige.unicamp.br)

*Cassio Arruda Boechat*

✉ [cassio.boechat@usp.br](mailto:cassio.boechat@usp.br)

## Resumo

O presente texto tem como objeto de estudo a região, entendida como forma diferenciada de reprodução das relações de produção em uma área determinada. É necessário, portanto, enfrentar a questão da diferenciação de áreas tendo em vista os elementos empiricamente significantes encontrados nas pesquisas realizadas. Além disso, se considerará a existência objetiva da região, que não é natural. Da tentativa do entendimento dessa objetividade pela pesquisa empírica do povoamento e da transformação humana da natureza efetuada de modo diferenciado por este, como procurou emprender Pierre Monbeig, buscaremos encontrar, para além deste autor, uma objetividade pautada na abstração real — isto é, na expressão de Marx, uma objetividade fantasmagórica.

\* \* \*

**PALAVRAS-CHAVE:** região; mobilização do trabalho; abstração real.

## Introdução

Procuramos realizar uma análise das particularidades do processo de constituição da mobilidade do trabalho no Brasil. Esse processo resulta na e da formação do espaço de circulação da mercadoria força de trabalho. Trata-se da territorialização das relações sociais de produção capitalistas.

Essa mobilização do trabalho, centrada no sentido da produção de mercadorias, privilegiadamente para o mercado europeu, já está presente desde o período colonial. A esse período se segue a formação de regiões econômicas e políticas, no sentido atribuído por Francisco de Oliveira (1977) e pensado a partir do referencial teórico da modernização retardatária, conforme problematizada por Robert Kurz (2000). A região econômica e política diferencia-se pela reprodução de relações sociais de produção distintas, no que tange à compra e venda da mercadoria força de trabalho. Trata-se, portanto, de se discutirem as particularidades regionais distintas, e, portanto, analisadas a partir da formação histórica das regiões que viriam a compor o espaço da mobilidade do trabalho no Brasil.

Assim, as diferentes pesquisas levadas por nós adiante procuram realizar o ato histórico de reconstituir os processos de formação por trás das mercadorias que organizam as referidas relações sociais de trabalho locais, bem como as diferentes personificações dos pressupostos necessários para a produção e a realização das mesmas. Se, dessa maneira exposta, a forma-mercadoria assume o papel de sujeito das relações sociais nela subsumidas, realiza tal procedimento abstraindo as qualidades concretas particulares (produtivas no sentido amplo) no momento mesmo em que a troca é levada a cabo. O sentido final das relações dessa forma pautadas passa a ser, a partir das conformações sociais impostas pela constante expropriação da população, o de realizar a troca de mercadorias, o que reversamente significa a necessidade do reforço do particular sob o signo do valor nele representado.

Pensar conjuntamente ambos os momentos da forma-mercadoria, o da abstração real e o das particularidades concretas cindidas exatamente por tal processo de abstração real, é como se procura aqui uma compreensão das relações entre as regiões e a sociedade produtora de mercadorias, de maneira global e também internamente às mesmas regiões estudadas. Ascendentes da formação das categorias do capital, dentre elas o próprio trabalho assalariado, de um ponto de vista oportuno, evidenciam a incorporação dessa involução como forma de reposição do conceito de capital, apesar de se procurar fazê-lo para além de seus

fundamentos.

Assim, quer-se pensar a região, como conceito e como caso particular, através de um estudo da mobilização do trabalho como formação dos pressupostos ou das condições de realização do valor. Isto é, abordá-la como criação das relações sociais de produção, territorializando-se numa realidade particular.

#### Do caráter da área ao sentido da colonização: a produção particular de mercadorias como elemento empiricamente significativa

Desde logo, cabe explicitar a questão da influência da perspectiva teórica do pesquisador sobre a caracterização da área estudada. A existência objetiva da região seria negada pela formulação subjetiva do pesquisador? A influência da perspectiva do pesquisador sobre sua apresentação do objeto estudado não parece ser, em princípio, a negação de sua existência. O resultado da pesquisa pode conter elementos subjetivos, mas a reflexão desse sujeito deve se dar sobre elementos empiricamente significantes, como afirma Richard Hartshorne em “Questões sobre a Natureza da Geografia” (1969, p. 86).

O autor afirma que a Geografia é a ciência da diferenciação de áreas (1969, capítulo 2), o que implica revelar o caráter da área estudada. Trata-se, portanto, de buscar os elementos empiricamente comuns que caracterizariam uma área. É a definição desses elementos comuns que possibilita diferenciar as áreas, determinar o que é semelhante e dessemelhante e mesmo o que é específico a cada uma das áreas. Assim, a separação de áreas é dada pela definição, pelo pesquisador, dos elementos empiricamente significantes. O que significa também que os elementos empiricamente insignificantes, do ponto de vista do pesquisador, são abstraídos da separação e da caracterização da área.

Dessa perspectiva, é fundamental explicitar o que é empiricamente significativo do ponto de vista do pesquisador. O ponto de partida desta nossa análise deve, portanto, enunciar que a área é estudada como produtora de mercadorias. Por isso, estudamos o processo de diferenciação de áreas como momentos particulares de um processo mais amplo, o que encaminha para sua caracterização como região, dada a relação da parte, as relações sociais de produção das respectivas mercadorias (para os casos estudados, principalmente diamante, por um lado, e café, por outro) com toda a sociedade produtora de mercadorias.

O caráter da área estudada, síntese entre os aspectos e elementos empiricamente significantes e a subjetividade do pesquisador, deverá estar marcado, portanto, pela perspectiva da crítica do fetichismo da mercadoria. O

conceito de fetichismo da mercadoria coloca em foco a desnaturalização da mercadoria como forma de mediação da reprodução das relações de produção da sociedade. Vista desta forma, cada produção de mercadorias é uma das formas particulares que a acumulação de capital assume.

A regionalização emerge no Brasil-colônia de uma forma particular de territorialização, cujo sentido é a produção de mercadorias. Os garimpeiros que ocupam a área vendem os diamantes que encontram. Os diamantes são procurados tendo em vista o seu valor, o que possibilita acessar outros produtos, produzidos por outros trabalhadores. A produção de diamantes refere-se, pois, a uma totalidade social mediada por coisas.

Na ocupação do chamado Oeste Paulista, por sua vez, a apropriação inicial de enormes glebas de terras, cobertas em geral por florestas e campos, por posseiros (no mais das vezes, antigos tropeiros vindos de Minas Gerais), estabelece as bases de uma acumulação pecuária e uma necessária infraestrutura para a subsequente passagem para a apropriação dessas terras por grandes fazendeiros paulistas. Pioneiros e fazendeiros, nos termos de Monbeig (1998), estabelecem, no correr do processo, os laços de uma acumulação assente na formação de cafezais (MARTINS, 2000), pautada na personificação da terra e do capital na mesma pessoa (SALLUM JR., 1982). A partir de então, com os pressupostos estabelecidos, a produção de café pelos colonos reproduz-se em sua particularidade. Em todos esses nós, entretanto, seja na dinâmica de expansão da pecuária dos primeiros posseiros (ou a especulação sobre a terra apossada visando sua venda numa futura valorização), seja na de formação dos cafezais e, por fim, no trato e na colheita do cafeeiro pelo colono, o gado, a fazenda e o café estabelecem os vínculos dos trabalhadores diferenciados com uma totalidade social, gradativamente mais mediada por coisas.

#### Possíveis diferenciações de áreas: perspectivas analíticas e possibilidades socialmente objetivas

Se em princípio a perspectiva de um pesquisador é tão válida quanto qualquer outra, interessa, ainda assim, estabelecer um diálogo crítico entre as perspectivas dos pesquisadores diferenciadores de áreas. Esse diálogo crítico possibilita que o estudo do caráter da área revele as possibilidades de interpretação dos aspectos e elementos individuais empiricamente significantes que explicam as divisões das áreas. Esse diálogo crítico talvez permita ir além das distinções fundadas somente nas perspectivas subjetivas de cada pesquisador, ainda que não exclua a importância de tais reflexões. A intenção é colocar em questão a separação

de alguns aspectos vistos como empiricamente significantes e outros que serão abstraídos na separação analítica das áreas. Por isso, é interessante mostrar como o ponto de vista desta pesquisa confere a significância a seus elementos empíricos. Além disso, tendo partido do estudo do caráter da área, de Hartshorne (1969), é necessário discutir criticamente a própria ideia de caráter e caracterização, buscando uma formulação mais coerente com a perspectiva aqui adotada.

A separação das áreas é, dessa maneira, apresentada na nossa perspectiva como socialmente objetiva, e a abstração dos elementos empiricamente significativos (identificáveis pelos pontos de vista dos pesquisadores) será mostrada como parte de um processo social. Nesse processo, a objetividade social fantasmagórica do valor (MARX, 1985, capítulo I, item 1) media as relações, ocultando o processo social particular de reprodução da sociedade produtora de mercadorias na área. Analisamos, para tanto, o processo de formação e reprodução das relações sociais nas áreas ocupadas e povoadas segundo o sentido da colonização (produção de mercadorias tropicais para os mercados europeus — segundo Caio Prado Jr., 1965), mostrando o processo de formação de uma região da sociedade produtora de mercadorias, tomada esta última como totalidade.

Por isso, é a própria história de formação da região que lhe confere um caráter. O caráter da área acaba por ser resultado da própria naturalização do valor, e, portanto, resultado da história mesma de formação da região nos termos da forma-mercadoria. História essa, pois, que resulta no seu próprio apagamento e na cristalização do processo no referido caráter. Sem que se tematize a formação histórica da região, sua caracterização restringe-se à sua aparência de autonomia e ineditismo. Tal caracterização é incoerente com as formulações de Caio Prado Jr. (1965), que diferencia as áreas do Brasil-colônia de acordo com sua articulação com o movimento do objeto estudado, a formação do Brasil contemporâneo.

É o objeto historicamente formado que tem especificidade. A diferenciação de áreas reproduz certos padrões que são empiricamente significantes para o processo histórico, que visto como um todo é específico. No entanto, a diferenciação de áreas resulta de um processo de formação de uma área particular de acordo com o sentido deste processo. Observe-se a diferenciação de áreas no argumento de Caio Prado Jr. (1965), em uma passagem bem conhecida:

Mas podemos, e isto muito interessa nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado; tropical e sub-tropical, do outro (PRADO JR., 1965, p. 19).

A rigor, essa é uma diferenciação de áreas estabelecida pelo clima. No entanto, com o desenvolvimento do argumento, ficará claro que, se a diferenciação de áreas tem relação com o clima, isso se deve à articulação do clima com o sentido da colonização: a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JR., 1965, p. 25). Os rumos inteiramente diversos da mineração encontram-se no campo da particularidade. A ocorrência do ouro e do diamante não pode ser explicada pelo clima tropical, ainda que estivessem na área tropical. No entanto, são recursos naturais de um território colonial e têm grande valor no comércio europeu. Ambos os processos são de colonização, têm o mesmo sentido dos séculos XV a XVIII.

### A caracterização da Chapada Diamantina por Theodoro Sampaio e sua objetividade em processo

A formação de regiões garimpeiras, portanto, tem sua origem no período colonial, mas muitas delas só vão ser “colonizadas” já no período em que o Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 1979) tinha perdido o poder sobre o Brasil. Esse é o caso da Chapada Diamantina, em meados do século XIX. Ao estudar o processo de diferenciação da área, é necessário discutir a permanência da articulação entre a formação regional e o sentido da colonização.

Theodoro Sampaio apresenta, no capítulo VI de seu livro “O rio São Francisco e a Chapada Diamantina” (1905), duas plantas que estabelecem a distinção entre a *Chapada Diamantina* e as *zonas diamantinas da Bahia*. O autor mostra que a Chapada Diamantina<sup>1</sup> não coincide com as zonas diamantinas da Bahia. Referindo-se à serra do Sincorá, afirma: “é esta cordilheira a própria **Chapada Diamantina**, no sentido restricto em que ora se emprega esta denominação” (1905, p. 132, grifo do autor). Quanto a zonas diamantinas da Bahia, o autor afirma que elas não se restringem ao que se chama comumente de Chapada Diamantina, ocorrendo diamantes em áreas bastante distantes dela, como as do Salobro, próximas ao litoral, ao sul de Ilhéus.

A zona diamantina de Theodoro Sampaio incluiria as lavras de Santo Ignácio de Assuruá, as da Chapada Velha, as primitivas lavras do Sincorá e do rio Una, a Chapada Diamantina no sentido restricto e as minas do distrito do Morro do Chapéu. A designação Chapada Diamantina propriamente dita indicaria que o autor reconhece nesta área um caráter individualizado. Se toda esta área é zona

---

1 Oficialmente, o termo Chapada Diamantina foi usado pelo IBGE a partir de 1942 para designar uma zona fisiográfica. Sofrendo algumas alterações na composição da zona, o termo continuou a ser usado até 1980. Em 1968, passou a designar duas mesoregiões: Chapada Diamantina meridional e Chapada Diamantina setentrional. Seu uso foi abandonado em 1989 (BANDEIRA, 1998).

diamantina, o que teria levado Sampaio a designar uma área em seu interior de Chapada Diamantina em sentido restrito?

Esse argumento ilustra a possibilidade de subdividir uma determinada área em duas ou mais, e assim estariam justificados os dois usos do termo Chapada Diamantina, explicitados por Sampaio. A Chapada Diamantina, “no sentido restrito” (1905, p. 132), é a área que segue sendo produtora de diamantes em 1880, quando o autor a visita. Essa é a razão da restrição da área, que, aliás, não tem nenhuma relação com a comparação estabelecida por Hartshorne<sup>2</sup>. Afirmar que as pessoas podem ser menos diferentes entre si e às áreas é estabelecer uma comparação entre objetos incomparáveis, não há critério comum.

No que tange a esta área aqui estudada, a implicação da especialização da área, definidora de seu caráter, é que o consumo local é mediado parcialmente pelo valor obtido na venda dos diamantes e carbonatos. O próprio surgimento de atividades subsidiárias à produção de diamantes e carbonatos está associado a esse valor. É obvio que não é a forma mercadoria o eterno critério de definição do caráter da área. Esta pode ser vista como apenas um dos aspectos e elementos individuais empiricamente significantes para a diferenciação das áreas. O mérito dessa formulação, mais próxima de Hartshorne e já formulada como em processo, é romper com distinções abstratas como aquelas entre a origem humana e natural (HARTSHORNE, 1969, p. 86).

No entanto, se os aspectos e elementos individuais têm de ser empiricamente significantes, isso implica buscar na relação empírica do homem com a natureza esses aspectos e elementos. Para o caso aqui analisado não se pode deixar de considerar significantes os motivos que levaram não só a humanidade em geral, mas também uma determinada população, a buscar diamantes. Nesse caso, o desejo do consumo dos diamantes (que aparentemente é universal) realiza-se principalmente em outras áreas. A população determinada que povoou a área, desde logo, minerou o diamante como mercadoria, tendo como finalidade a obtenção de valor, pelo qual outras coisas poderiam ser obtidas. Essa mediação da

2 Nas áreas da Chapada Diamantina que não são parte da Chapada Diamantina, “no sentido restrito”, também ocorrem diamantes. O que define a Chapada Diamantina “no sentido restrito” parece estar associado à quantidade e à qualidade de diamantes extraídos em uma serra, a do Sincorá. A caracterização da serra do Sincorá como Chapada Diamantina compõe o ambiente físico, a serra, com o social, o diamante atrás do qual o homem povoou a serra. Essa forma é aceitável para Hartshorne, já que “a descrição científica da terra” pretendida pelo autor não é totalmente objetiva, afinal duas áreas “nunca são exatamente iguais e certamente jamais tão parecidas como dois gêmeos idênticos, nem como duas pessoas de antepassados em sua totalidade europeus, que possam ter características físicas iguais embora nascidas e criadas num e noutro lado do Atlântico” (HARTSHORNE, 1969, p. 20).

forma-mercadoria determina a reprodução das relações de produção na área a cada momento.

### A procura por Monbeig de uma dinâmica de diferenciação de áreas

Por sua vez, para o outro caso por nós estudado, retomar a história da utilidade do café para a humanidade e a história que levou uma determinada população a produzi-lo corresponde à mesma perspectiva de desnaturalização dessa mercadoria e, portanto, também do caráter particular e especializado da referida região produtora, o Oeste Paulista.

O processo em questão, diferente da área em que se formariam as regiões produtoras de diamante no caso anterior, aqui, como já adiantamos, passou por diferentes mediações que possibilitaram a apropriação da área como base fundiária para as relações sociais de produção do colonato, surgidas *a posteriori*, decorrentes de processos de acumulação prévios e de formação dos pressupostos infraestruturais. Do ponto de vista do seu entendimento, chegar da busca do caráter ao sentido do processo de formação da região significou, nos termos do marco analítico da pesquisa de Monbeig (1998), um passo à frente com relação à perspectiva de Hartshorne (1969) e, certamente, à de Sampaio (1905).

Monbeig (1998) credita o impulso mais forte da atividade econômica do estado de São Paulo até os anos 1940, e conseqüentemente de toda a economia brasileira, que tem ali o seu “centro vital”, à expansão agropecuária sobre as terras novas do interior do estado. Essa territorialização seria, no entanto, pautada pela instabilidade:

O cultivo de terras há pouco recobertas de matas, a avançada constante dos pioneiros, a abertura de novas fazendas são fatores que agem sobre o conjunto da vida paulista. Toda ela se ressentida do contínuo deslocamento da importante massa da população cuja instabilidade, quatro séculos após o desembarque dos primeiros portugueses, persiste como um dos seus traços fundamentais (MONBEIG, 1998, p. 21).

A confusão e o dinamismo característicos dessas áreas em alvoroço por conta da própria expansão que ali se encontra contrastava-se com a velhice prematura das cidades já consolidadas na retaguarda dessa “marcha”, numa impressionante modernização acelerada, com uma estruturação que reproduzia-se no próprio estado, com o nó final interno das relações sociais de produção indo dessas áreas de produção direta desembocar no porto de Santos. Os elementos que pautam uma tal modernização acabam por revelar a perspectiva analítica do pesquisador em questão:



Tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa. E certamente é isso: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção duma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional, tal o imenso trabalho que ainda prosseguia, aos nossos olhos (MONBEIG, 1998, p. 23).

A consideração das condições históricas da chamada “zona pioneira”, na segunda parte do trabalho de Monbeig, é, por isso mesmo, de início, apresentada como determinante sobre as condições naturais, que haviam sido o objeto de estudo na sua primeira parte. Essas condições naturais, por mais que favoráveis, argumenta o autor, precisam ser apropriadas socialmente, segundo as necessidades e as possibilidades humanas:

As vantagens que, a determinada região, conferem uma topografia sem obstáculos, um clima acolhedor, solos virgens, constituem vantagens só em relação às necessidades dos pioneiros, aos seus hábitos e aos meios técnicos de que dispõem. Por mais bem dotada que seja, por mais rica que se apresente, uma zona ainda inatingida pelo povoamento moderno é em si mesma desprovida de virtude capaz de desencadear o avanço do desbravador e de assegurar o seu próprio aproveitamento econômico. As qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e às possibilidades humanas. Ficariam elas adormecidas, como estiveram durante longos séculos de ocupação indígena, se o movimento colonizador não tivesse sido acionado por circunstâncias fortuitas (MONBEIG, 1998, p. 93).

Assim, Monbeig (1998) caracteriza uma região ampla, a da expansão da cafeicultura. Não coloca nessa caracterização apenas a vanguarda dessa expansão, as chamadas zonas pioneiras, mas as coloca numa íntima relação com as anteriormente estabelecidas. Mais do que isso, determina sua caracterização não pelas condições naturais da área ocupada<sup>3</sup>, mas pela própria ocupação ou, ainda melhor, pela dinâmica expansiva econômica e de povoamento. Chega, assim, muito

---

3 “Cabe ao geógrafo assinalar as etapas desse avanço e procurar até onde são explicáveis pela influência dos elementos naturais ou, ao contrário, até que ponto correspondem a mecanismos econômicos. Em região de relevo medíocre, não se pode esperar ligação desta ou daquela fase do desenvolvimento da franja pioneira a determinado acidente topográfico. Quanto às diferenças climáticas, suas nuances não são suficientes para impedir o movimento. Ao contrário, a fertilidade ou o esgotamento do solo são suscetíveis de atuar fortemente, pois o atrativo representado pelos altos rendimentos na agricultura, assim como o decréscimo de produção, são fatores decisivos. (...) Não parece possível, portanto, fixar as etapas da marcha do povoamento a partir das condições naturais” (MONBEIG, 1998, pp. 165-166).

perto, na citação acima, do sentido do processo, tal qual Prado Jr. (1965).

Não o faz porque cristaliza, depois, a análise na busca de uma perspectiva metodológica para entender aquela dinâmica, fixando as etapas da marcha do povoamento a partir das crises, localizando as “culturas, os focos de atração de imigrantes e as vias de circulação em cada período de crise” (MONBEIG, 1998, p. 166). Os homens, no caso, reduzidos a tipos sociais, acabam por se reduzir a fatores do povoamento e, paralelamente, a fatores de produção. Não se chega, assim, às relações sociais de produção que pautam a caracterização da região, dinâmica porque dentro da reprodução ampliada (MARX, 1985, capítulo XXIII) daquelas mesmas relações. Do mesmo modo, a mútua relação da expansão da cafeicultura em São Paulo com a expansão do capitalismo no mundo não é problematizada a partir da abstração real, sendo que a segunda aparece como mera possibilidade fortuita para a primeira, ou um “complexo jogo de circunstâncias locais, de ordem natural e social, e de oportunidades muito mais gerais” (MONBEIG, 1998, p. 94).

Buscando a diferenciação de áreas dentro dessa grande “região pioneira”, por fim, Monbeig (1998) frustra-se em não encontrar, a partir dos três elementos empiricamente significantes para ele (cultura, imigração e vias de comunicação), traços suficientes para achar regiões se formando dentro da “região pioneira”. Viu “certos matizes, mais que os contrastes” (MONBEIG, 1998, p. 375) diferenciando o norte e o sul da “franja pioneira”.

Não foi a distribuição desigual dos imigrantes pelas cidades do interior paulista suficiente para imprimir “marca distinta à paisagem de um espigão, nem com isso uma região se constitui” (MONBEIG, 1998, p. 378). Mais uma vez chegou perto de atribuir às relações sociais de produção a abstração dos próprios traços culturais desses imigrantes, entrando eles nessas relações como vendedores de força de trabalho: “a fazenda e o colonato dissolveram italianos, espanhóis e portugueses na coletividade brasileira” (MONBEIG, 1998, p. 379). Porém perdeu essa abertura ao focalizar a assimilação cultural<sup>4</sup>. Buscando o “gênero de vida” particularizado, procurou também nas habitações de cada área dentro daquela região os elementos de diferenciação e também não encontrou.

Por fim, a partir da existência e do papel das capitais regionais, chegou à conclusão de que a importância relativa delas decorria, antes, da localização

---

4 “Espantoso poder de assimilação de São Paulo e do seu movimento pioneiro, que levava a dizer um dos espíritos mais finos do Brasil, o saudoso Paulo Prado: ‘meu país é antropófago’. Um processo de amálgama tão ativado rouba às cifras boa parte do seu valor humano. Compreende-se, assim, que não seja possível basear-se na presença de contingentes estrangeiros para caracterizar uma região” (MONBEIG, 1998, p. 380).

privilegiada que elas tinham em relação às linhas de escoamento das mercadorias. Ou seja, as companhias ferroviárias e suas zonas tributárias é que determinavam o máximo que se podia encontrar de diferenciação entre as áreas, a ponto de caracterizar essa regionalização como “regiões ferroviárias”, e não geográficas ou econômicas<sup>5</sup>, não havendo, disso, qualquer meio de emergir, até então, um sentimento de pertencimento a uma região entre os seus povoadores. Isso porque, e mais uma vez poderia ter chegado ao foco do processo de personificação das relações sociais de produção, cada classe social, segundo seus interesses, inclinar-se-ia a um sentimento distinto:

Agora, o sentimento de pertencer a uma região, o desejo de fixar-se nela, de enraizar nela a família, a emulação que o espírito regional pode desencadear, não passam de noções confusas. O pequeno pioneiro passa da tentação dos grandes espaços ao orgulho municipal. Só para os fazendeiros e os comerciantes, cujos interesses materiais os tornam solidários com a ferrovia, são providos de sentidos os nomes de regiões. Estão eles em relações constantes com a estrada de ferro: pedem-lhe melhores tarifas, vagões mais numerosos, horários mais cômodos; seguem com atenção os progressos dela, que são também os deles. Deve-se reconhecer que tudo isso era muito distante para o sitiante. Fica-se inclinado a ver no sentimento regional, tal como se manifesta atualmente a expressão de interesses comuns de classe. Nada há que incita o sitiante à solidariedade regional, pois a sua fixação é temporária e os interesses, como as dívidas, são de curto prazo (MONBEIG, 1998, p. 387).

### A existência objetiva e fantasmagórica da região: particularidades e a abstração real das mesmas

Defendemos a existência objetiva da região, pois os elementos empiricamente

---

5 “Terra sem passado, não viu a franja pioneira desabrocharem regiões, mas está dividida em redes de comunicação e essa divisão, que se apóia na topografia, será talvez o germe das regiões vindouras. Criam os trilhos a unidade, porque asseguram o escoamento da produção e porque o sucesso individual, tanto quanto o das empresas colonizadoras, depende da expedição fácil, contínua e regular dessa produção. A distância é sempre inimiga do pioneiro: pesa sobre a economia dele, aumentando-lhes os preços de custo e diminuindo os de venda. Como ele avança sempre mais para oeste e sudoeste, cresce incessantemente a distância entre o seu desbravamento e os grandes centros consumidores e exportadores da região atlântica. Malgrado o desenvolvimento dos transportes rodoviários e a despeito da circulação aérea, de que se vale uma minoria de plantadores e ricos comerciantes, ainda é o trem o melhor auxiliar do pioneiro. Mede-se o valor de um espigão menos em função do seu solo e dos seus desbravadores, que em função da qualidade de sua ferrovia. (...) Até hoje é mais exato falar de regiões ferroviárias, que de regiões geográficas ou econômicas da franja pioneira” (MONBEIG, 1998, p. 385).

significantes diferenciam-nas de outras áreas. No entanto, isso não quer dizer que não existam diferenças internas a áreas na região. Nesta nossa perspectiva, os elementos empiricamente significantes são as relações de produção. A forma como a terra, o trabalho e o capital se combinam, produzindo a mercadoria, dá caráter à área.

As duas regiões produtoras de diamante que foram apresentadas diferenciam-se por essas relações de produção. A região escravista traz em sua qualificação a diferença significativa em relação à região que a supera depois da abolição. Ambas produzem diamantes: a primeira com trabalho escravo; a segunda com trabalho livre. O mesmo se deu com as antigas áreas produtoras de café, no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, paulista e fluminense, com produção assente no trabalho escravo, e as novas áreas do Oeste Paulista, depois sob o colonato.

É possível ainda que duas áreas guardem notáveis diferenças no interior da região. No entanto, se essas diferenças não implicam mudança nas formas com que terra, trabalho e capital se combinam na produção da mercadoria, então serão áreas da mesma região. Isso poderia aproximar Monbeig dessa perspectiva, ao caracterizar a sua “região pioneira” indiferenciada do Oeste Paulista, porém o distancia por essa indiferença não se centrar na particularidade das relações sociais de produção ali presentes.

Evidentemente, a abstração real não separa simplesmente regiões. A abstração real faz com que coisas diferentes possam ser igualadas por seu valor, abstraindo suas diferenças qualitativas e, portanto, seus processos históricos de formação<sup>6</sup>. É isso que explica a existência, também objetiva, de classes. Os meios de

---

6 Os valores de troca das mercadorias, desse modo, acabam, no processo de troca, por serem reduzidos a algo comum, “do qual eles representam um mais ou um menos”. Não serão as suas utilidades, corporificadas nos usos particulares a que cada coisa foi atribuída, que representarão esse algo comum. É exatamente o oposto, ou melhor, a abstração desses traços particulares que caracteriza a troca. Na troca, os diferentes se igualam; é essa a abstração real: “suas propriedades corpóreas [das mercadorias] só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma, um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada” (MARX, 1985, pp. 46-47).

Após ressaltar, mais uma vez, que valor de uso e valor de troca são partes constitutivas da unidade cindida própria da forma mercadoria, o autor apresenta uma terceira propriedade, a que se chega a partir da abstração do valor de uso dos corpos das mercadorias, mas que não é exatamente o seu valor de troca. Trata-se da propriedade de serem produtos do trabalho. Há nisso a abertura para o “ato histórico” de reconstituir o processo de produção das mercadorias e problematizar a aparência de que a relação de troca é uma relação entre coisas. Porém se se pensa que é aí que encontraremos a verdade sobre a mercadoria, logo somos advertidos de que o processo de abstração que recai

produção produzidos por processos de trabalho passados apresentam-se na reprodução das relações de produção como passíveis de serem igualados ao tempo de trabalho que é vendido pelos trabalhadores. Esses meios de produção são personificados por seus proprietários. Aquele tempo de vida vendido é personificado pelos trabalhadores. Não é apenas isso, os meios de produção não produzidos (a terra) também entram no processo de reprodução das relações de produção como coisa de valor. Assim, também a propriedade da terra pode ser personificada por seu proprietário<sup>7</sup>.

---

sobre os produtos do trabalho também recai sobre o trabalho, o que exige um cuidado sobre o processo analítico aqui compreendido. Portanto, no processo de trocas generalizadas de mercadorias, o caráter particular dos trabalhos concretos produtores de mercadorias é igualado e, assim, reduzido ao caráter geral de trabalho humano abstrato: “ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1985, p. 47).

- 7 “O trabalho enquanto tal, em sua simples definição como atividade produtiva útil, refere-se aos meios de produção não em sua determinação da forma social, mas em sua substância material, como materiais e meios de trabalho, que igualmente só se diferenciam entre si materialmente, como valores de uso, a terra como meio de produção não-produzido, os outros como meios de trabalho produzidos. Se, portanto, o trabalho coincide com trabalho assalariado, então a forma socialmente determinada, em que as condições de trabalho agora se defrontam com o trabalho, também coincidirá com sua existência material. Então, os meios de trabalho são, enquanto tais, capital, e a terra é, enquanto tal, propriedade fundiária. A autonomização formal dessas condições de trabalho em relação ao trabalho, a forma específica dessa autonomização que elas possuem diante do trabalho assalariado é, então, uma propriedade inseparável deles enquanto coisas, enquanto condições de produção materiais, um caráter imanente e intrínseco que necessariamente lhes advém enquanto elementos de produção. Seu caráter social determinado no processo de produção capitalista mediante uma época histórica determinada é um caráter material, inato, que lhes é natural e, por assim dizer, de origem eterna, enquanto elementos do processo de produção” (MARX, 1986, pp. 276-277).

Desse modo, essas formas autonomizadas de condições de trabalho correspondem às propriedades referentes aos proprietários de capital, terra e trabalho. A aparência autônoma dessas fontes de rendimentos não corresponde, por sua vez, à própria substância, que provém do trabalho social, que se transforma nessas diferentes categorias. A existência dessas três esferas aparentemente separadas pressupõe a existência da extração de mais-valia. O valor ali produzido é, dessa forma, repartido entre as três fontes. A disparidade entre as três fontes mostra, por outro lado, como os rendimentos são pertencentes à mesma esfera do valor. A mais-valia ou o mais-produto são, pois, distribuídos na sociedade capitalista, obedecendo suas leis específicas, especialmente a da propriedade privada.

Ainda que se refira constantemente aos capitalistas e aos proprietários de terras, Marx o faz tomando-os como personificação das relações capitalistas de produção. Não são eles que fazem a sociedade capitalista, mas as relações capitalistas se fazem através deles. “Os produtos se tornam um poder autônomo frente aos produtores” (1986, p. 276), bem como a terra monopolizada se

Dessa forma, o uso que é dado nessa nossa análise à classe social está associado a esse processo de personificação. Tanto terra como capital, quando entram no processo produtivo, assumem a aparência de trabalho, apresentam-se como passíveis de troca por trabalho. Essa objetividade fantasmagórica não significa que esses três elementos estejam fora do contexto da sociedade produtora de mercadorias redutíveis à posição de fatores de produção. Aquilo que permite igualá-los é uma forma de relação social que os percebe e pratica como mercadoria.

Ora, o processo de mineração, que separa o diamante de todos os outros minerais ali existentes, como objetivo do povoamento, é a contrapartida em valor, e não o diamante para uso. O processo de abstração que põe o diamante no nome da Chapada Diamantina é o da abstração real. Exatamente o mesmo se aplica ao café, separado das outras “produções” agrícolas, e determinando uma ocupação produtiva e um povoamento do chamado Oeste Paulista, com o intuito de realizar o valor trocado dessa mercadoria agrícola (ou seja, o café como valor de uso para os outros). Sempre que a relação homem-natureza for organizada dessa perspectiva, o caráter da área será definido pelas razões da forma-mercadoria, a não ser que a subjetividade do pesquisador não considere a finalidade do processo de produção que definiu essa região como produtora de mercadorias.

A diferenciação de áreas dessa perspectiva não pode ser feita em um estudo que se atenha às determinações locais, a não ser que o sentido do processo estudado restrinja-se ele mesmo à área. No caso de uma sociedade produtora de mercadorias, é necessário mostrar que as trocas de mercadorias da área com o exterior têm importância fundamental no processo de reprodução do caráter da área. Define-se, assim, uma totalidade que, mesmo aberta e social, relaciona produtores e consumidores em uma relação específica, marcada pela mediação das coisas socialmente avaliadas.

Além disso, a base para que o processo de diferenciação de áreas se dê a partir da forma-mercadoria é um processo de territorialização, no sentido da definição de quem personifica a terra, e de que forma o capital e o trabalho são mobilizados no processo. A violência usada ou não no cotidiano da valorização do capital, pelo poder público ou privado, é territorialmente condicionada.

## Conclusão

Retomando a questão sobre a influência da perspectiva teórica do pesquisador sobre a caracterização da área estudada, e conseqüentemente sobre a negação da existência objetiva da região pela formulação subjetiva do pesquisador,

---

personifica no seu proprietário, que “exige sua participação no produto criado com sua ajuda”.

pode-se sugerir a necessidade objetiva da discussão da forma-mercadoria e, portanto, da questão da personificação.

A existência da Geografia como ciência, e das ciências em geral, também é historicamente determinada. O lugar social da pesquisa, definido no interior do processo de modernização, autonomiza a reflexão sobre o objeto, conferindo-lhe a aparência de neutralidade. Somente a visão desse campo da vida social como autônomo em relação ao processo social geral poderia sugerir tal neutralidade. O cientista-pesquisador que personifica a ciência é acusado de não ser capaz de neutralizar sua subjetividade na produção da coisa ciência-pesquisa.

Paradoxalmente, por ter sua existência como persona da ciência determinada por um processo social mais amplo, talvez o problema mais sério associado à perspectiva do pesquisador não seja sua subjetividade individual, mas a subjetividade associada à sua posição social. Assim sendo, a neutralidade do cientista-pesquisador, associada à ilusão de autonomia da ciência como prática social, é o pior ponto de partida possível no que se refere à definição dos aspectos e elementos empiricamente significantes à pesquisa. Nesse sentido, a busca do processo de formação da região, perseguindo a forma particular que permite à área conectar-se ao todo social mediado pela abstração real, parece ser o mais desmistificador.

## Referências

- HARTSHORNE, Richard. *Questões Sobre a Natureza da Geografia*. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, Comissão de Geografia, 1969.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Col. Os economistas.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Col. Os economistas.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, Polis, 1998.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SALLUM JR., Brasília. *Capitalismo e cafeicultura – Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1905.



## Sobre os autores

*Carlos de Almeida Toledo*: graduado em Ciências Econômicas (1997), mestre (2001) e doutor (2008) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é docente do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atuando principalmente nos seguintes temas: território, região e Estado nacional, migrações, mobilidade do trabalho, crítica da Economia Política e imperialismo.

*Cassio Arruda Boechat*: graduado em Letras (2002) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). É mestre (2009) e doutorando em Geografia Humana pela mesma Universidade.

\* \* \*

### ABSTRACT

#### Mobilization of labor and the study of the region

This paper aims to study the region, understood as a differentiated form of reproducing the relations of production in a certain area. Therefore, it is necessary to face the question of differentiating areas having in mind the empirically significant elements found in researches. Furthermore, we will consider the objective existence of the region, which we do not recognize as something natural. From the attempt to comprehend such objectiveness throughout an empirical research on the settlement and the human transformation of nature held by men in different manners, such as Pierre Monbeig understood, we will grasp the meaning, beyond that author, of an objectiveness found in real abstraction — that is, in Marx's expression, a phantasmagorical objectiveness.

**KEYWORDS:** region; mobilization of labor; real abstraction.

### RESUMEN

#### Movilización del trabajo y el estudio de la región

El artículo aquí presentado tiene como objeto de estudio la región, entendida como forma diferenciada de reproducción de las relaciones de producción en un determinado sitio. Por lo tanto, tenemos que enfrentar a la cuestión de la diferenciación de sitios considerando los elementos empíricamente significantes encontrados en las pesquisas hechas. Además, se considerará la existencia objetiva de la región, que no es natural. Desde la tentativa de entendimiento de esta objetividad por la pesquisa empírica del poblamiento y por la transformación humana de la naturaleza hecha de manera distinguida por los hombres, como se le emprendió Pierre Monbeig, buscaremos todavía encontrar, más allá de este autor, una objetividad pautaada en la abstracción real — es decir, en el concepto de Marx, una objetividad fantasmagórica.

**PALABRAS CLAVE:** región; movilización del trabajo; abstracción real.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Artigo recebido em dezembro de 2012. Aprovado em março de 2013.